

**O conceito de opinião em René Descartes:
Breves contribuições para uma Teoria do Conhecimento**

Diogenes Galdino Morais Silva*

Vitória (ES), vol. 3, n. 1
Agosto 2013

SOFIA
Versão eletrônica

*Universidade Estadual de Campinas/dgmorais.silva@gmail.com

Resumo: os textos escritos por René Descartes abrem vários temas ligados à questão do conhecimento e sua aquisição segura. Este artigo tem por objetivo recortar um desses temas. O conceito de opinião merece atenção da academia, por se tratar de um problema que atravessa séculos de debate entre os filósofos, ou melhor, desde os antigos filósofos, os problemas causados pelo conceito de opinião provocou um longo debate que diz respeito à tensão entre o conhecimento verdadeiro e o conhecimento aparente. A configuração geral deste artigo procura, essencialmente, discorrer sobre os elementos que dizem respeito à questão do conhecimento e método. O segundo plano tenta mostrar como o conceito de opinião, nos textos de Descartes, revelam algumas ligações com o mesmo conceito, apresentado n'A República de Platão. Por fim, revela-se o problema entre opinião e verdade, de forma a refazer breves elementos que alcançam a Teoria do Conhecimento.

Palavras-chave: opinião; conhecimento; Platão; Descartes.

Abstract: the texts written by René Descartes open various topics related to the issue of knowledge and its acquisition safe. This article aims to cut one of these themes. The concept of prejudice deserves attention from academia, because it is an issue that crosses centuries of debate among philosophers, or rather from the ancient philosophers, the problems caused by the concept of prejudice provoked a long debate concerning the tension between knowledge true and apparent knowledge. The general configuration of this article seeks essentially to discuss the elements that concern the question of knowledge and method. The second plan tries to show how the concept of prejudice, in the writings of Descartes, show some links with the same concept presented in the Plato's Republic. Finally, it appears the problem between prejudice and fact, in order to reconstruct brief elements that reach the Theory of Knowledge.

Keywords: Prejudice, knowledge, Plato, Descartes.

Introdução

Sabe-se que a história da filosofia está dividida em quatro momentos históricos significativos, a saber, Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea; e o que determina a fronteira entre esses diferentes momentos históricos é a posição de um novo princípio racional investigativo, ou ainda, de um novo modelo, ideia ou paradigma, que redireciona não somente os acontecimentos, mas também os interesses históricos mais relevantes; seja através dos pensamentos ou revoluções, por assim dizer, histórico-decisivos¹.

O advento da unidade da razão como princípio é a característica que, de certa maneira, inaugura a Filosofia Moderna². Embora os léxicos dos termos atribuídos se modifiquem historicamente, é possível perceber alguns elos que constataam uma determinada comunidade de significados, ou ainda, uma vizinhança semântica entre os conceitos que foram trabalhados por autores em diferentes épocas da história.

Um bom exemplo pode ser aplicado ao conceito de opinião. É possível notar que este conceito mantém constantes retomadas do seu significado, que contribuem para formar, na filosofia, uma cadeia de léxicos históricos que servem de fio condutor – para a história do pensamento – desde os

¹ O materialismo histórico, ou a filosofia marxiana, defende que tais mudanças paradigmáticas não são, como é o mais comum pensar, revoluções de pensamento ou de princípio teórico, embora estes também sejam constitutivos, mas antes, se tratam de transformações nos modos de produção e suas respectivas organizações sociais de trabalho

² A racionalidade [logos] é, desde os primórdios da filosofia, na medida mesmo que a distinguiu do discurso mitológico na Grécia do séc. VI a.C, a marca essencial do pensamento filosófico. Contudo, a razão, como faculdade humana, não era o princípio [arché]. Se para Tales o princípio [da phýsis] é a água, para Platão, o princípio [de tudo que é verdadeiramente] é a Ideia. É com Descartes, apenas, que se enuncia, de modo explícito e sistematizado, que o princípio de conhecimento é a unidade da razão.

antigos³, e que embora cada época histórica traga mutações ao termo, ele se conserva sua carga conceitual⁴. Em razão desta “permanência do conceito”, este ensaio ambiciona tratar os distintos léxicos entre Descartes e Platão⁵.

É de conhecimento dos acadêmicos que René Descartes apresenta mudanças decisivas para a filosofia de seu século. Como um autor situado no século XVII⁶, Descartes propõe uma mudança de pensamento que foi responsável por redirecionar⁷ o pensamento ocidental e permitir a abertura para uma revolução do pensamento, em cujo horizonte surgiu, no século seguinte, como exemplo, a *aufklärung* ou os ideais das *lumières*. Igualmente, interessa saber: quais elementos tornaram Descartes o instituidor de uma era filosófica tão curta e significativa como a filosofia moderna, que apesar de perpassar apenas três séculos, deixou legados importantes para a posteridade? Esta resposta, já conhecida e debatida, pode ser, de forma segura, definida como: a unidade da razão como princípio da busca do conhecimento.

A busca do método como condição para o conhecimento

Tratar o problema do acesso ao conhecimento não foi caminho fácil para Descartes, muito menos para os gregos, visto que é perfeitamente plausível destacar uma antiga separação que surgiu desde os antigos Gregos e que dividiu teorias a respeito da verdade e da falsidade. Sabe-se que, no tocante à questão do conhecimento, os filósofos antigos já estabeleciam como critério investigativo, explicitamente enunciado por Parmênides, em seu poema *Sobre a Natureza*, a distinção entre opinião (*τὰ πρὸ δόξαν*) e verdade (*τὰ πρὸ ἀλήθειαν*)⁸. Nota-se que é com Parmênides que começam a surgir os limites da investigação que é capaz de separar o erro e a falsidade da possibilidade de se encontrar “a via da verdade”. Então, verdade e falsidade mostram-se como um problema histórico que poderia “colocar em cheque” as possibilidades do alcance do que se pode conhecer, ou melhor, dos critérios que se postam ao alcance da verdade. Portanto, torna-se imprescindível considerar que:

A presença e mesmo a possibilidade da verdade estão intimamente relacionadas com a distinção grega entre *doxa* e *episteme* e os seus objetos próprios. Assim, não há realmente nenhum problema crítico até Parmênides distinguir o ser do não-ser, associar este último com a percepção dos sentidos, afirmar que não há verdade no mundo dos fenômenos da *doxa* (Diels, frgs. 28B1, B11, B30), e comparar o último coma ‘via da verdade’ (ibid. 28B4).⁹

Se, com já se afirmou, é com os gregos que se anunciam os primeiros esboços sobre a busca pela verdade, como caminho que torna possível – a qualquer homem que busca a sabedoria – alcançar e adquirir o conhecimento verdadeiro sobre as coisas, será com o pensamento moderno ocidental que essa responsabilidade de continuidade da busca pelo conhecimento, sobretudo tratar do pensamento e dos juízos que podem tratar dos critérios e métodos que permitem alcançar a verdade, tarefa longa e cuidadosa que fará dela (a modernidade) o marco histórico da razão como unidade e princípio pela busca do conhecimento.

Aristóteles talvez tenha sido o filósofo que mais contribuiu para esse acesso, sobretudo por ter encontrado um método de raciocínio que permitisse analisar as regras do raciocínio (o que foi capaz de concatenar logicamente as ideias) de forma rigorosa e segura, criando assim, o que se conhece hoje como *Lógica formal*. Entretanto, a *lógica formal*¹⁰ se limitava a investigar a análise das sentenças, sob

³ É com os gregos que se tem o primeiro esboço do conceito, uma vez que, na opinião “a distinção entre o verdadeiro conhecimento (*episteme*) e um grau inferior de cognição remonta a Xenófanes (frg. 34), mas a exposição clássica dos pré-socráticos pode encontrar-se no poema de Parmênides (frg. 8, versos 50-61) onde a sensação (*aisthesis*) é relegada para a posição de ‘aparência’ ou ‘opinião’ (*doxa*). A distinção baseia-se no estatuto ontológico do objeto da percepção dos sentidos (*aistheta*) que, em virtude da sua exclusão do domínio do ser verdadeiro (*on*), não pode ser objeto do verdadeiro conhecimento.” (PETERS, *Termos filosóficos gregos: um léxico histórico*, p. 56).

⁴ E por isso, estabelece a continuidade do trabalho de adaptação do mesmo conceito à época vigente.

⁵ Que é um autor que está situado 20 séculos antes do autor das *Meditações* do XVII.

⁶ Ou seja, suas obras estão situadas nesse século, apesar de o autor nascer no final do século XVI.

⁷ Tomando por referência o conceito utilizado pelo autor nas *Regras para direção do espírito*.

⁸ Segundo (BROCHARD, *Les sceptiques grecs*, p. 14).

⁹ (PETERS, *Termos filosóficos gregos: um léxico histórico*, p. 29).

¹⁰ Ou seja, a lógica que permite a análise categórica (formal) sobre a verdade das sentenças.

um conjunto de regras capazes de assegurar a verdade de uma ou mais sentenças em sua veracidade, mas não poderia investigar, por exemplo, como a inteligência tentava atingir o próprio raciocínio que levasse à verdade da sentença.

Saber se um raciocínio é válido ou não, não parece saciar toda necessidade do homem, sobretudo por não ser possível gerar verdades novas, descobrir outras premissas, enfim, há uma limitação no que tange alguns problemas¹¹, por exemplo, os que se apresentam na ordem existencial, ou na busca das condições que garantam a veracidade de determinada existência a partir do direcionamento da possibilidade crítica, ou ainda, na atitude crítica como forma de pensamento que merece ser observado como um novo campo epistemológico¹².

Esta nova “direção”, que caracteriza esse espírito crítico “pensante”, faz de Descartes o primeiro autor que propôs uma investigação, capaz de movimentar uma nova concepção sobre o pensamento, ou melhor, sob novas condições¹³ de se adquirir o conhecimento. Talvez aqui, se possa dizer de uma “nova era” filosófica na história começa a ser configurada.

Na obra *Discurso do Método*, o autor investiga a forma e o rigor do raciocínio sob a égide do conhecimento¹⁴. Essa investigação (sobre questão do conhecimento) não teria nada de inovador, sobretudo porque este tema já fora – séculos antes de Descartes – tratado por outros filósofos, no entanto, o que distingue as leituras que precedem a obra do francês está na busca de um conhecimento evidente, isto é, claro e distinto como garantia do conhecimento seguro, indubitável e aplicável tanto para a ciência quanto para a filosofia, uma vez que “nada se pode ter construído de sólido sobre fundamentos tão pouco firmes”¹⁵.

Tal exigência epistemológica envolve o seguinte critério cartesiano, ausente na tradição que distinguia, como vimos, a opinião da verdade: considerar falso tudo que não é evidente. Ora, a opinião não é evidente, pois, desde Platão, sabemos que o conhecimento envolve, além da opinião, sua veracidade e justificação; em outras palavras, um pensamento pode ser uma opinião, sem ser verdadeira, assim como pode ser uma opinião verdadeira, sem que sua veracidade seja justificada. Repetindo, a justificação, para Descartes, é a evidência da verdade da opinião, ou ainda, sua indubitabilidade.

Portanto, trata-se de buscar o caminho que garanta novas formas de investigação que não se limitam apenas a busca pelas regras e estruturas do raciocínio silogístico, ou seja, à maneira da lógica formal, e daí advém a necessidade de estabelecer regras para garantir uma forma de tornar o caminho do conhecimento, um caminho seguro para todos que quisessem alçar novos conhecimentos, configurados dentro das condições de possibilidade de “aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro as ações e caminhar com segurança na vida” (idem, *ibidem*). Ou seja, assinalar o verdadeiro e o falso para adquirir conhecimento com lucidez, passando por todas as etapas que perfilam o próprio ato de conhecer.

Defender que Descartes procurou um novo método, não significa dizer que ele refutou, de sobejo, os métodos anteriores; pelo contrário, em suas pesquisas ele revezou em conjunto com a lógica

¹¹ Por isso, “no que respeitam a lógica, os seus silogismos e a maior parte dos seus outros preceitos servem mais para explicar a outrem o que já se sabe” (DESCARTES, *Discurso do Método*, p. 20). Isso não sustenta que Descartes seja contra a lógica formal, pois o autor das *Meditações* sabe da importância que essa condição representa na formação do pensamento.

¹² Essa característica – fruto da mudança perceptível da modernidade – é possível se notar a partir de Descartes, no que alcança o problema das formas de se alcançar o conhecimento seguro e indubitável, pois: “Enquanto Descartes tinha a intenção de moldar um campo epistemológico inteiramente novo, Aristóteles, a despeito das mudanças imensamente influentes que realizou no campo epistemológico platônico, ainda trabalhava no interior de suas fronteiras, principalmente em vista dos papéis cruciais desempenhados em seu sistema pelo dualismo entre matéria, forma e explicação teleológica.” (NUDLER, “Descartes e o campo epistemológico moderno”, p. 173).

¹³ A palavra condição pode ser traduzida também como caminho, entretanto, é necessário entender que esse caminho é feito em direção ao interior do sujeito, e embora essa condição esteja baseada no naturalismo (assim como os textos de Platão), este caminho é “recheado” de dúvidas como procedimento metodológico e epistemológico.

¹⁴ Não é suficiente apenas investigar sobre a verdade das sentenças, mas sim como, por meio do intelecto, se pode chegar até essas verdades, e por isso a lógica formal se torna insuficiente.

¹⁵ (DESCARTES, *Discurso do Método*, p. 11).

formal a fundamentação da sua nova metodologia, como condição de garantia das análises dedutiva (própria do método silogístico) e indutiva (própria do método científico), de forma que ambas pudessem confiar segurança à perceptibilidade e domínio do pensamento, alcançando – et pour cause – os contornos precisos de todos os conteúdos remissivos aos objetos pensados, dispensando, por assim dizer, a experiência sensível.

Buscar critérios para se atingir a evidência, o certo, a verdade; é tentar compreender como possibilidade de ser tomado como verdadeiro tudo que passou – prudentemente – pelo crivo da razão, de modo manifesto e rigorosamente identificado com o pensamento, e que pôde, acima de tudo, garantir que não haja qualquer dúvida sob o objeto ou as proposições pensadas. Isso não garante apenas a condição de verdade, mas também a segurança do espírito pensante. Por isso, “não basta ter um espírito bom, o principal é aplicá-lo bem”¹⁶.

Ora, ter um espírito bem amparado, significa colocar em prática as possibilidades de se tecer uma única obra de cada vez, e nesse sentido, um único espírito, com o princípio do bom-senso¹⁷ que, segundo Descartes, fará melhor a obra do que vários espíritos, dos quais, cada qual a sua maneira, cada qual com uma opinião diferente, tecerão opiniões distintas¹⁸. É importante então ressaltar que unidade aqui significa universalidade. Assim, a distinção entre conhecimento e opinião é (melhor) definida porque o conhecimento – evidência da veracidade da ideia – é universal, isto é, comum a todos os seres pensantes; a opinião é singular, variando de acordo com os indivíduos.

Assim, observa-se que o problema – do conhecimento e da opinião – vai recebendo sua característica sócio-histórica, uma vez que o autor observara que na sociedade da época (século XVII), havia uma profusão de conhecimentos advindos – contingentemente – de uma pluralidade de costumes e exemplos fornecidos por pessoas que possuem cada qual a sua própria singularidade somada às diferentes paixões.

O problema, neste caso, consiste em entender como as diferentes paixões são ajustadas ao convencimento fácil e possuem força para persuadir o homem mais do que “qualquer conhecimento certo”¹⁹. Descartes concluiu que a capacidade de chegar ao conhecimento certo e seguro, também passava pelas paixões²⁰ e opiniões, o que, por conseguinte, provocava uma profusão de opiniões distintas que poderiam interferir a busca por essas verdades seguras, uma vez que “é bem mais verossímil que um só homem as tenha encontrado que um povo inteiro” (idem, ibidem). No verbete Opiniões Preconcebidas, COTTINGHAM mostra que:

Descartes utiliza essa expressão quase como um termo técnico (em latim, *praejudicia*, literalmente ‘preconceitos), para referir-se ao lastro de crenças, amiúde irrefletidas, que todos trazemos conosco antes de começar a pensar filosoficamente [...]. Os dois grandes elementos geradores de opiniões preconcebidas são, para Descartes, primeiramente, a confiança na tradição e na autoridade em lugar do uso da luz natural que trazemos em nós e, em segundo lugar, os produtos dos sentidos, que, frequentemente, demonstram não ser confiáveis. A eliminação das ideias preconcebidas é o primeiro passo no projeto cartesiano para a construção de um novo edifício de conhecimento confiável.²¹

Portanto, para melhor administrar com rigor tudo que se apreende do mundo, sobretudo vindo da opinião das pessoas, o autor criou um método categórico que está dividido em partes bem precisas, a saber:

¹⁶ (idem, p. 3).

¹⁷ Cujos juízos estão devidamente preparados para evitar o erro.

¹⁸ Daí a importância da educação, uma vez que ela propicia o esclarecimento que leva todos os espíritos a fazer uso dos juízos e opiniões segundo as possibilidades da verdade e do bem. Não se trata de fazer com que todos os homens pensem de maneira idêntica, o intuito é outro, visto que o espírito bom é o espírito esclarecido que, não somente aplica bem as regras do conhecimento, mas, acima de tudo, faz uso desse conhecimento para arquitetar o saber em direção à verdade segura que, por conseguinte, leva ao bem maior da ciência e da própria humanidade.

¹⁹ (idem, p. 19).

²⁰ Daí a tese de Descartes de arrefecer as paixões para fazer valer a razão como unidade, fato que será contestado – alguns anos depois – por David Hume e Jean-Jacques Rousseau (ambos alegaram ser impossível separar razão e paixão).

²¹ (Dicionário Descartes, p. 130).

- 1 – Evidência²²
- 2 – Análise ou divisão²³
- 3 – Ordem ou dedução²⁴
- 4 – Enumeração ou indução²⁵

Tais regras, ou ainda, tais condições ou etapas metodológicas, quando encadeadas de maneira racional, permite na prática a demonstração de um princípio seguro para o próprio método. É possível perceber a trilha, a propósito dessa demonstração, que ela se apresenta nos vários escritos do filósofo de Touraine, que por sua vez, aprendera com os geometras, e o servira²⁶ efetivamente como condição de garantia do acesso ao conhecimento de “todas as ciências particulares”²⁷.

Tal é a filosofia que se dedica a essa nova abordagem para os conteúdos das várias ciências e seus conteúdos, e que serve a este texto enquanto investigação sobre a sua formação teórica no âmbito do conhecimento²⁸. Não obstante, essas regras não se servem apenas para aquisição do conhecimento, mas também para dar direcionamento ao espírito, que livre das opiniões, e mais próximo da segurança propiciada pela razão, será capaz de se educar e bem conduzir o próprio espírito, como tributário dessa busca que alcança os próprios conteúdos do intelecto de forma prática a partir da busca pelo saber e pela verdade.

A busca do conhecimento como condição para uma opinião segura.

Nos textos de Platão, é possível encontrar elementos que se aproximam da leitura de Descartes. Não se trata, nesse texto, de encontrar influências, mas de pensar o conceito de opinião como fio condutor entre esses autores. O problema das proposições verdadeiras, ou seja, das afirmações das proposições ditas ou escritas como sendo verdadeiras, é uma boa questão que uma parte dos pensadores antigos já se deparava. Sócrates na República faz a seguinte questão a Glauco [477e]:
- e agora, levamos a opinião para a classe das potências ou para qualquer outra?²⁹.

Ao que prontamente responde Glauco [477e]:

- de modo nenhum, porquanto a potência que nos permite julgar pelas aparências não é senão a opinião.³⁰

Sócrates sabe que não é possível fundar qualquer ciência “infalível” [477e], estando de posse de meras opiniões que são, por sua vez, “falíveis” [477e]. As circunstâncias do diálogo mostra que somente a opinião não é capaz de garantir entendimento, a opinião, diz Glauco “permite” apenas o julgo “pelas aparências”, mas não mostra o que é evidente, e Descartes alcançou bem essa hipotética

²² “nunca aceitar como verdadeira qualquer coisa sem conhecer evidentemente como tal, e evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção; não incluir nos meus juízos nada que se não apresentasse tão clara e tão distintamente ao meu espírito, que não tivesse nenhuma ocasião para por em dúvida” (DESCARTES, Discurso do Método, p. 22).

²³ “dividir cada uma das dificuldades que tivesse de abordar no maior número possível de parcelas que fossem necessárias para melhor as resolver” (idem, ibidem).

²⁴ “conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, gradualmente, até o conhecimento dos mais compostos” (idem, ibidem).

²⁵ “fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais, que tivesse a certeza de nada omitir” (idem, ibidem).

²⁶ O que fez Descartes considerar a matemática como uma forma segura para aquisição do conhecimento verdadeiro foi a princípio, o seu ‘gosto’ pela matemática, além das boas fontes [os matemáticos] que serviram de “esteira” de pesquisa e conhecimento para que a defesa de um novo método pudesse ganhar repercussão, o que – sem dúvida – o ajudou a concluir parte de seus pressupostos filosóficos.

²⁷ (idem, ibidem).

²⁸ Ou melhor, a Teoria do Conhecimento. Não destacando, em absoluto, que esse conhecimento é importante para todas as demais fontes de conhecimento e cultura.

²⁹ (PLATÃO, A República, p. 260).

³⁰ (idem, ibidem).

questão. Entretanto, sabe-se que o problema é mais complexo, pois o sujeito que julga geralmente está afetado pelo seu próprio julgo, ou seja, ele é referência de suas palavras “dependentes” de suas próprias opiniões formadas. O julgo não precede o entusiasmo, mas ao contrário. É no fim do livro V da República, que Sócrates retorna a questão da opinião como a gratuita probabilidade do afastamento da realidade.

Não diremos também que tem entusiasmo e gosto pelas coisas que são objeto de conhecimento ao passo que aqueles só o tem pelas que são do domínio da opinião? Ou não nos lembramos de que dizemos que esses apreciam e contemplam vozes e cores belas e coisas no gênero, mas não admitem que o belo em si seja uma realidade? [480a] ³¹

A realidade se mostra na evidência, mas será a evidência suficiente para garantir o que está contido no objeto de conhecimento? O entusiasmo não parece gerar uma “anestesia” que entorpece pelo encantamento, incluindo o que Sócrates bem assinalou, ou seja, “as vozes e cores belas”?

A dúvida já estabelecida desde os antigos mostra que o problema da opinião não poderia ser resolvido sem uma consistente busca pela verdade a partir das condições de possibilidade da abertura do sujeito para o estabelecimento da dúvida (enquanto caminho para se chegar à verificação e verdade). Se um homem não duvida (diante da sua curiosidade), ele não se torna capaz de manter o pensamento rebuscado na própria condição de existência de si ou de algum assunto como eventualidade do possível. E esse é o primeiro posicionamento que Descartes reestabelecerá (séculos depois de Platão) como condição de se construir um bom “edifício do conhecimento”.

O famoso método de Descartes consiste, pois, num primeiro momento, em submeter à dúvida todo saber proveniente de fora, transmitido pela tradição; e, uma vez concluído esse trabalho de limpeza, em estabelecer um saber diferente, certo e não mais apenas um conhecimento autônomo – por oposição àquele que se mantém graças à autoridade das tradições – teria direito ao respeito. Toda a ciência moderna se engolfará na brecha assim aberta por Descartes. ³²

O “edifício do conhecimento” pode não adquirir boa fundação, entre o puro pensamento e mesmo o pensamento como oposto à sensação [nóësis]³³; razão que levou o diversos filósofos desde Heráclito a destacar a complexidade da construção desse projeto, a saber, o conhecimento. Esse trabalho, exaustivo do pensamento, não poderia advir sem a transformação do próprio sujeito, e somente o plano cognitivo pode não ser capaz de enfrentar essa batalha, ou melhor, é preciso outro plano, de reflexão paulatina (e não efêmera), que se processa na condição real de uma mudança. Uma vez que:

O pensador apenas tem conhecimento da sua própria existência enquanto continuar a refletir sobre o seu pensamento e na medida em que continue a tentar (sem êxito) pôr em dúvida aquilo que pensa. A tarefa monumental que Descartes ainda enfrentava era transformar este ato isolado de cognição de uma efêmera reflexão interior nas bases de um permanente e sólido sistema de conhecimento. ³⁴

Mas o problema permanece, ou seja: como garantir que mesmo este sistema reflexivo interior não tivesse sob a influência da opinião que se recebeu de fora, ou seja, da própria opinião de outrem? Talvez a razão. A razão (em seu estatuto) é a mais próxima condição de estabelecimento da verdade plausível, pois só ela é capaz de afastar das trevas a ignorância do homem. Como bem afirma MORA: Na opinião, não há propriamente um saber, tampouco uma ignorância, mas um modo particular de asserção. Essa asserção está tanto mais próxima do saber quanto mais prováveis são as razões em que se apoia, uma possibilidade absoluta dessas razões faria coincidir a opinião com o verdadeiro conhecimento. ³⁵

³¹ (idem, p. 265).

³² (TODOROV, O Jardim Imperfeito: o pensamento humanista na França, p. 59).

³³ “Diferenças subtis entre a mera percepção de um objeto ou objetos, a sensação (aisthesis) e outra espécie de consciência psíquica que vai além dos dados dos sentidos e percebe coisas menos tangíveis, como semelhanças e diferenças entre os objetos, está já presente em Homero e é identificada com o órgão chamados nous. Com os filósofos da diferença torna-se um problema. Heráclito suspeita da falibilidade da sensação para a percepção da verdadeira natureza das coisas. É incansável na sua asserção de que ‘a natureza gosta de ocultar-se’ (ver frg. 123 e logos 1), e esta realidade oculta está claramente fora do alcance dos homens que confiam demasiado implicitamente nos seus sentidos (frg. 107).” (PETERS, Termos filosóficos gregos: um léxico histórico, p. 148).

³⁴ (COTTINGAM, Descartes, p. 69). (grifo nosso).

³⁵ (Dicionário de Filosofia, p. 539).

Contudo, ainda que sejam verdadeiras as assertivas de uma opinião, elas encontram-se seguras e absolutas o suficiente para o conhecimento adequado que levam os homens à verdade? Como dar conta das questões relacionadas, por exemplo, com o fenômeno social sem esbarrar em algumas injustiças cometidas pelos homens (na Polis)³⁶? Será que a opinião não interfere no processo da aquisição do conhecimento? Aliás, o que é mesmo o conhecimento? Ele está sob o estatuto das verdades produzidas em um continente? Um Estado? Uma casta? Nos livros? Na palavra das autoridades? Dos doutos? Da divindade? Enfim, é possível conhecer a verdade?

Presume-se não ser possível se estabelecer o plano do conhecimento universal e seguro quando se está em meio a uma profusão (existente) de opiniões, sobretudo quando se compreende que diversas culturas perfazem a pluralidade humana e social, e que se deve considerar, de maneira prudente³⁷, todas as nações. Por isso, talvez possamos concordar que “a opinião é, então, um fenômeno social que não se encontra situado no mesmo plano do saber ou da certeza, mas que expressa, de certo modo, uma forma especial de comportamento”.³⁸

Então, ao que se adverte, a opinião está no plano do provável, e mesmo o plano da certeza, essa se esquadrihada pelo ideal do conhecimento³⁹ como um terreno movediço, contraditório e altamente volátil⁴⁰, pois ele está atrelado a uma cultura científica ou filosófica que percebe – em determinado momento da história – a mutação da própria natureza, que produz verdades aparentes, e que arrasta todas as formas de comportamentos e influências produzidas em cada época, sob diversas categorias que propiciam as aquisições de uma verdade. Verdades à parte, este parece instalar um problema considerável para a Teoria do Conhecimento.

René Descartes já havia observado que o fato de não haver compatibilidade entre os objetos empíricos do mundo e os conteúdos a priori, que só podem ser estabelecidos a partir do desenvolvimento cognitivo, causava certa dificuldade para o aspecto perceptivo. Entretanto, parece mais fácil o homem se convencer de uma temática ou um conceito que é dito, lido ou escrito, às margens da informação, por razões da procura pela garantia segura do que se pensa; em outras palavras, pode-se dizer que um aforismo solto (e incerto em seu devir) ou uma dúvida plasmada em uma sentença, decorra um desconforto enorme para o sujeito que não é capaz de suportar o peso da dúvida por muito tempo. Portanto, saber suportar a dúvida é apropriação, grosso modo, das capacidades intelectivas do homem.

Isso nos permite lembrar que Hanna Arendt destacou que o papel do filósofo é justamente preparar o sujeito para suportar a dúvida (inclusive sobre as próprias opiniões); o filósofo oferece esse contributo que é capaz de incomodar, provocar, seja a ciência bem decidida ou a juventude – às vezes – muito segura de suas ideias. Nessa esteira do papel do filósofo, todos se veem na incumbência de revisitar – sempre que possível – a própria veracidade do que se diz ou se pensa. Diz a autora:

Sócrates queria trazer à luz essa verdade [a verdade inerente à sua própria opinião] que toda pessoa potencialmente possui. Se formos fieis a sua própria metáfora da maiêutica, podemos dizer: Sócrates queria tornar a cidade mais verdadeira ajudando cada cidadão a parir as suas próprias verdades. Seu método é o dialegesthai, trazer ao debate, mas essa dialética gera a verdade não pela destruição da doxa ou da opinião, mas ao contrário, pela relação da doxa em sua própria veracidade. O papel do filósofo, então, não é o de governar a cidade, mas ser o seu ‘moscardo’, tornar os cidadãos mais autênticos, em vez de dizer verdades filosóficas. A diferença para Platão é decisiva: Sócrates não queria tanto educar os cidadãos quanto melhorar suas doxai, que constituíam a vida política na qual ele também fazia parte.⁴¹

A vida política depende dos filtros da opinião pela opinião (bem fundamentada). Assim como, a relação entre a visão e o juízo tem, por efeito, uma implicação entre mente e corpo no que tange a percepção. Percepções da visão e da formação de juízos podem gerar opiniões diversas e divergentes, como afirma COTTINGHAM: “Esses juízos são feitos ‘a uma grande velocidade, graças ao hábito’,

³⁶ Lembrando que desde Sócrates [no diálogo com Críton], até os dias atuais, a questão em que pesa o dever perante a justiça ou injustiça dos homens, traz um problema central para a questão social e política.

³⁷ Que leva em consideração o comportamento e a cultura de diferentes sujeitos.

³⁸ (idem, p. 539).

³⁹ Ou ainda, um ideal de conhecimento compartilhado por pares.

⁴⁰ Um bom exemplo para a ciência (que busca estar segura quanto à produção de seu conhecimento) é a descoberta do *Ornithorhynchus anatinus*, ou melhor, o ornitorrinco.

⁴¹ (ARENDR, A promessa da política, p. 57).

ou ainda juízos anteriores são rapidamente recortados. Por causa da sua grande velocidade, eles passam despercebidos, e por isso um ato racional ou intelectual”.⁴² Juízos procedidos às pressas, resultam de opiniões – quase sempre – concretas, e de difícil potencial analítico; concordam (amiúde) com outras opiniões, que por sua vez não afeiçoam ao crivo do sinóptico, mas somente às convenções comuns de opiniões comuns. Talvez aí se possa discordar, em parte, de MENDONÇA ao afirmar que: Um dos pontos de partida do argumento de Descartes é a constatação de que a natureza e o conteúdo dos nossos estados mentais (nossas convicções, expectativas, percepções) frequentemente permanecem inalterados a despeito de mudanças no mundo dos objetos concretos e abstratos aos quais esses estados se referem. A inadequação entre os nossos estados ‘conteudísticos’ e o mundo ‘externo’ é imputada aos primeiros como erro ou engano – nossas convicções, por exemplo, tornam-se falsas; nossas percepções, ilusões – mas isso deixa intacta a sua identidade intrínseca.⁴³

Parece não haver parcialidade ou neutralidade diante do “despotismo” da opinião, e para que os estados “conteudísticos” sejam percebidos (e concebidos) como verdadeiros ou falsos, é preciso perceber a instabilidade dos juízos, mesmo em todo e qualquer conteúdo imputado como verdadeiro. A opinião pode definir mudanças radicais ou alterar a percepção do sujeito, e por isso, como se pensar na estabilidade dos estados mentais? A opinião se faz costumeira, tanto quanto “o erro e o engano” não se faz perceptível, a não ser que o sujeito proceda à busca (seja metódica ou não) da dúvida hiperbólica como tentativa de se chegar à – tão almejada – verdade.

Conclusão

Sabe-se dos motivos que levaram René Descartes à busca de um novo método. Entre eles, nota-se que a problemática da opinião⁴⁴ ainda mantém um campo vasto de debate sobre a questão dos alicerces que sustentam a Teoria do Conhecimento. Percebe-se esse debate toma fôlego na obra Regras para direção do espírito, mais precisamente na Regra X, quando o autor revela: “Fui tantas vezes bem sucedido que finalmente reconheci que já não chegaria à verdade, seguindo o hábito dos outros homens, por investigações feitas de modo incerto e às cegas [...]”.⁴⁵

Nesse ínterim, contra toda fatalidade desse encontro às cegas com a opinião dos homens, previne-se com a aplicação dos métodos e investigações precisas⁴⁶, cujo intuito central é refazer o pensamento, de maneira satisfatória e segura. Perante os próprios juízos e inquirições, amparado pela dúvida e em direção àquela almejada conquista própria que enriquece a doxai, nota-se que o sujeito pode educar (bom-senso) seu espírito. Por fim, é preciso dizer que mediante o exercício da razão que se estabelece no esforço de si mesma e que prepara cada cidadão ao exercício de sua autonomia que, já não estando acostado somente na “descoberta aos outros”⁴⁷ (idem, ibidem), como refém das conclusões que eles chegaram, cada homem pode refazer [exercitar] paulatinamente a própria direção de seu espírito.

⁴² (Descartes [coleção companios & companions], p. 428).

⁴³ (“Descartes, individualismo e autoconhecimento”, p. 218).

⁴⁴ Visto que o artigo mostrou que a opinião se trata de um problema (um entrave) para a questão do conhecimento.

⁴⁵ (DESCARTES, Regras para direção do espírito).

⁴⁶ Lembrando que nunca é tarde para se refazer novos métodos de investigação, e essa tarefa, própria da filosofia, mostra que a Teoria do Conhecimento ainda tem muito a contribuir tanto para a ciência, quanto para todo sujeito que se percebe refém das opiniões alheias.

⁴⁷ (idem, ibidem).

Bibliografia

- ARENDDT, Hanna. A promessa da política. Trad. Pedro Jorgensen, 2. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- BROCHARD, V. Les sceptiques grecs. Tradução esp.: Los escépticos griegos, trad. Vicente Quinteros, Buenos Aires: Editorial Losada S. A., 1945.
- COOTINGHAM, John. Descartes. Trad. Maria do Rosário S. Guedes. Lisboa: Edições 70, 1986.
 _____. Dicionário Descartes. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1995.
 _____. Descartes. Trad. André Oídes. Aparecida – SP: Ed. Idéias e Letras, 2009. (coleção companios & companions)
- DESCARTES, René. Discurso do Método. Trad. Newton de Macedo. 2. edição, Ed: Livraria Sá da Costa, Lisboa: 1943.
 _____. Regras para a direção do espírito. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1989. (a obra não possui paginação).
 Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/50600067/Rene-Descartes-Regras-Para-a-Direcao-do-Espirito>
 Acesso: 22 de maio de 2013.
- MENDONÇA, Wilson Pessoa. Descartes, individualismo e autoconhecimento. In: Descartes: um legado científico e filosófico. Saul Fuks (org.), Rio de Janeiro: Relume Dumará: COPPE, 1997.
- MORA, José Ferrater. Dicionário de Filosofia. Trad. Roberto Leal Ferreira/Alvaro Cabral. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NUDLER, Oscar. Descartes e o campo epistemológico moderno. In: Descartes: um legado científico e filosófico. Saul Fuks (org.), Rio de Janeiro: Relume Dumará: COPPE, 1997.
- PETERS, F. E. Termos filosóficos gregos: um léxico histórico. Trad. Beatriz Rodrigues Barbosa, 2. edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- PLATÃO. A República; trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- TODOROV, Tzvetan. O jardim imperfeito: o pensamento humanista na França; trad. Maty Amazonas L. de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.